

## O LIXÃO DE CAMPINA GRANDE À GUIA DE UMA DISCUSSÃO SOBRE A HISTÓRIA AMBIENTAL E A PROBLEMÁTICA URBANA.

Hilmária Xavier Ribeiro<sup>1</sup>

### Introdução

A pesquisa que ora se apresenta<sup>2</sup> originou-se de uma observação aparentemente simples: toda e qualquer atividade humana implica em um descarte. Seja essa atividade intelectual ou emocional, quando o que pensamos ou concebemos no campo da memória é relocado para o campo do esquecimento, seja essa atividade fruto de um trabalho que resulta em materialidade, e esse material é descartado, jogado fora, vira lixo.

Consideramos que o conceito de “lixo” é múltiplo. Lixo pode ser aquilo que outrora utilizamos e não nos serve mais. Materiais sólidos sem utilidades que podem ser descartados, eliminados. Lixo pode ser produzido em pequena escala, por pessoas que moram sozinhas ou pequenas famílias que diariamente se desfazem dos restos do que consomem para sobreviver. Lixo pode ser produzido em larga escala, por feiras, mercados, indústrias. Lixo pode ser orgânico, inorgânico, reciclado, reutilizado, reaproveitado. O lixo pode tornar-se novo. Lixo pode ser sujeira, veículo de mau cheiro e contaminação de doenças e pestes em geral. Lixo pode ter outros nomes, como resíduos ou restos. Algumas pessoas vivem do lixo. Lixo pode ser fonte de alimentação, emprego e sobrevivência para muitos.

Há que se levar em conta que essa gama de significados e atribuições dadas ao lixo, faz dele um dos maiores problemas urbanos de nossa sociedade e objeto de preocupação de saberes e áreas diversas, a exemplo da química, da medicina, dos recursos ambientais, da administração, das ciências sociais, das engenharias de produção, entre outras. Mas como pensar o lixo através da História? Como pensar aquilo que se descarta e os problemas que isto causa à sociedade há tempos? A partir de que momento começamos a perceber e nos incomodar com a limpeza urbana?

Entendemos que o lixo passa a ser uma preocupação pública quando sai dos quintais das casas, sob orientação do discurso médico e sanitarista<sup>3</sup>, e passa a ocupar as ruas. Desta forma, o lixo passou do domínio privado para o público, envolvendo pessoas e criando novos ofícios. Tirar o lixo dos quintais e dispô-lo em terrenos públicos significou atribuir a ele a categoria de inútil, o que antes não necessariamente era. Iniciava-se toda uma significância social, cultural

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Mestre em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Professora Formadora do Curso de Especialização em Educação para as relações Étnico-raciais da Rede Nacional de Formação Continuada da UFCG/SECADI/MEC. Professora Substituta da Universidade Estadual da Paraíba, atuando na área de História do Brasil. Realiza pesquisas sobre Cidades, Grupos Populares, História Cultural, História da América, Ensino de História e Metodologia Científica. [hilmariax@yahoo.com.br](mailto:hilmariax@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Este artigo originou-se das pesquisas para a tese de doutoramento da autora. Ver SILVA, Hilmária Xavier. *Memórias do chorume : as sensibilidades urbanas e o lixão de Campina Grande (1992-2012)*. Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2018.

<sup>3</sup>O chamado discurso sanitarista aparece no período da história do Brasil conhecido como República Velha, onde fatores como a industrialização e a expansão do capitalismo favoreceram uma série de transformações no seio da sociedade brasileira. Em linhas gerais, tais discursos visavam reorganizar aquela sociedade, utilizado como forma de enquadramento da população na nova configuração social, onde as teorias científicas europeias formaram a base de sustentação para a higienização, disciplina e organização dos sujeitos e dos espaços de acordo com a lógica das novas relações sociais da época.

e política para os restos<sup>4</sup>. As medidas de limpeza públicas das administrações municipais mudaram nas últimas décadas em cidades de médio e grande porte à medida em que as demandas urbanas cresciam, incomodavam e pediam soluções.

A partir destas observações iniciais, apontamos nosso objeto de estudo. Objetivamos pensar como o lixão de Campina Grande, especialmente até o ano de 2012, compôs as sensibilidades urbanas e foi composto por memórias, revelando-se um espaço de (des)afetos, trabalhos, vivências; como eram concebidas as questões concernentes ao lixo e à limpeza pública; refletir sobre os discursos e registros de autoridades públicas, de homens comuns, que construíram um acervo do que constitui uma memória sobre Campina Grande no que concerne ao aformoseamento, enfeio e limpeza da cidade a partir do lixo e do lixão; pensar em que contexto e em como o lixão passou a ser problema urbano em Campina Grande<sup>5</sup>.

Assim, por nosso interesse em estudar as questões relativas às sensibilidades urbanas a partir do lixo em nossa cidade, acessamos uma memória coletiva que também é nossa, e nos colocamos frente ao desafio que a memória nos coloca: colocamo-nos frente a frente com as fragilidades e cristalizações da memória, com os esquecimentos forçados pela necessidade de seleção e descarte do que fazemos de nossa cultura material, neste caso, a produção do lixo. Portanto, consideramos que as relações entre história e memória (coletiva ou individual) consistem em um dos fundamentos próprios do discurso historiográfico e da instituição da história como espaço de saber, abrindo assim um espaço no campo para, como o disse Paul Ricoeur<sup>6</sup>, lidarmos com a noção de subjetividade, que tornou-se inerente ao trabalho do historiador, quando elegemos as fontes possíveis e criamos hipóteses e fazemos conjecturas para as mesmas. Temos assim a história como um dos lugares de produção da memória coletiva, o que Pierre Nora atribuiu a “Lugares da Memória”<sup>7</sup>, entendemos também como uma força social aquilo que Marilena Chauí<sup>8</sup> chamou de um trabalho ou um princípio ativo, ou aquilo que Koselleck<sup>9</sup> chamou de manancial de reflexões sobre o pretérito. Nós, por nossa vez, entendemos que a memória é uma ação no tempo. Uma ação representativa de um indivíduo ou de um grupo que tem a intenção de refletir, assumir, legitimar, denunciar ou ainda justificar seu lugar na sociedade e no tempo ao qual pertencem.

### **Desenvolvimento: A gênese do lixão: uma história do objeto e suas significâncias.**

Até 1992, a cidade tinha a área do distrito industrial, nas imediações do Aeroporto João Suassuna, próximo à saída de Campina Grande para a cidade de Queimadas, reservada para

---

<sup>4</sup>Qualquer tentativa de precisar quando exatamente o lixo passa a ser uma preocupação pública é um movimento arriscado. No entanto, ousamos dizer que em Campina Grande, a partir do início da década de 1940, na administração do prefeito Verginaud Wanderley, tem-se uma história documentada acerca das políticas públicas de limpeza e embelezamento da cidade, numa das maiores reformas urbanas que Campina Grande conheceu.

<sup>5</sup> Para desenvolver o tema enfrentamos alguns desafios, dentre eles, trazer para o campo da história a problemática dos chamados “resíduos sólidos”. Não podemos nos furtar de abordar aspectos mais técnicos, como as dimensões ambientais, socioeconômicas, culturais e sanitárias que giram em torno de tal temática. Consideramos que estes são alguns pilares importantes, que podem fornecer sustentação à nossa discussão central.

<sup>6</sup>Ver RICOEUR, Paul. *Histoire ET vérité*. Paris, Seuil, 1955, p.24 – 25.

<sup>7</sup>Ver NORA, Pierre (org.) *Leslieux de La mémoire*. Paris. Gallimard. 1984.

<sup>8</sup>Ver CHAUI, Marilena. “Apresentação”. In: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos*, 2ª Ed. São Paulo, 1987.

<sup>9</sup>Ver KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

ser o lixão da cidade. Entre os vários problemas com a instalação lixão naquela área, apontados por especialistas de vários campos, que iam desde engenheiros, ambientalistas, geógrafos à assistentes sociais, os mais graves e de ação mais impactante para a urbe foram: a erradicação da cobertura vegetal, provocando a degradação da paisagem natural; a desvalorização econômica da área; a proximidade com o Aeroporto João Suassuna, especialmente à pista de pousos e decolagens das aeronaves, motivo de preocupação devido à constante presença de urubus; e por ultimo, mas não menos importante, a presença de catadores, homens, mulheres e crianças que iam retirar do lixão a sua fonte de sobrevivência, de alimentação e de renda.

O lixão abrangia uma área de cerca de três hectares, recebia o lixo domiciliar de todos os bairros de Campina Grande-PB, bem como o lixo hospitalar. De acordo com as informações da cooperativa de catadores de lixo existiam em média 150 trabalhadores cadastrados na cooperativa, isso sem contabilizar os que trabalhavam livremente. O processo de realização do trabalho daquelas pessoas se dividia em duas fases: a cavação do lixo e a separação do material recolhido. A primeira acontecia concomitantemente com a descarga dos caminhões, a segunda constituía-se da separação do material - plásticos, latas, borrachas, vidros, dentre outros, tudo isso provocando danos à saúde humana e, conseqüentemente, à qualidade de vida da população<sup>10</sup>.

O fato é que aquele lixão municipal localizado no distrito industrial, além de todos os riscos que trazia à população, não estava suprindo a vultuosa demanda de lixo da cidade e estava gerando um gasto não desejado aos cofres públicos, o que levou a Prefeitura Municipal a cogitar a criação de mini-usinas de tratamento de lixo nos bairros campinenses. A Prefeitura Municipal, sob a administração do então prefeito Félix Araújo Filho, tinha o pensamento de diminuir ao máximo os custos do recolhimento de lixo na cidade, que em 1993 custava Cr\$ 160 mil a tonelada dos materiais recolhidos. Quanto as minis usinas de tratamento de lixo, estas seriam criadas especialmente nos bairros mais afastados do centro, a exemplo da Ramadinha e Jeremias, pois, além de gerarem mais empregos, possibilitariam a redução da frota de veículos destinados ao setor, e assim uma economia de combustível. Segundo o assessor técnico da Secretaria de Serviços Urbanos, o senhor Paulo Loureiro, tais usinas funcionariam de modo artesanal, sem nenhuma máquina, e não seriam motivo do desaparecimento do lixão. O recolhimento apenas do lixo doméstico em Campina Grande em 1993 girava em torno de 15 toneladas ao dia. O fato é que a ideia da instalação das minis usinas nunca saiu do papel por falta de verba federal (alegação usada pela prefeitura), bem como não foram discutidas as formas de tratar o lixo apenas manualmente pelos catadores, nem as implicações sanitárias e trabalhistas para aquelas pessoas.

Naquele mesmo ano, aconteceu na cidade o Fórum sobre Resíduos Urbanos, que entre muitas questões, apresentou à população que o lixão do município estava superado e que a cidade precisava urgentemente de um novo local para o depósito do lixo urbano. Segundo dados da Secretaria de Serviços Urbanos, a produção de lixo do município era de 250 toneladas/dia, assim, apenas com a instalação de um novo aterro sanitário o problema seria superado. O terreno onde seria instalado o novo lixão seria próximo à alça sudoeste, no até então não popular bairro do Serrotão, zona sudoeste da cidade, conforme decreto<sup>11</sup> publicado em Semanário Oficial pelo prefeito, em junho de 1992.

Segundo o então secretário de serviços urbanos, Demétrio Aguiar, havia a necessidade de convencer a promotoria de justiça de que havia vantagens com a mudança de terreno e que

---

<sup>10</sup>Ver "A Vida no Lixo e o Lixo na Vida": Os fatores e riscos existentes no trabalho dos catadores precoce de lixo na cidade de Campina Grande- PB. Disponível em [http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo\\_2787.html](http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo_2787.html)

<sup>11</sup>Decreto 2112, publicado em Semanário Oficial de nº 1203 em 05/06/1992

o mesmo não causaria danos ao meio ambiente e à população que residia próximo aquela área.

No entanto a transferência do lixão do Distrito Industrial para o Serrotão causou revoltas nos moradores da região, que em 17/08/1993 distribuíram carta aberta à população nas dependências da Câmara Municipal, protestando contra a transferência. De acordo com a carta, os moradores das comunidades do Alto Serrotão, Mutirão, Caixa D'água, Lagoa de Dentro e Félix Amaro não aceitaram a colocação do lixão naquele setor. Os representantes das comunidades afirmaram que viviam ali cerca de 500 famílias e “todos repudiavam aquela ação criminosa e desonesta”, e pediam providências à Secretaria de Meio Ambiente sobre o assunto. Os moradores do local afirmavam que já bastavam a fome e as doenças, e que a chegada do lixão só aumentaria o sofrimento das comunidades. Em carta, diziam os representantes dos moradores: “queremos dizer ao secretário que nós não estamos interessados em indenizações, pois nós somos agricultores e o que nos interessa é a terra”<sup>12</sup>. Além dos moradores das comunidades citadas, ainda assinava a carta a Comissão Pastoral da Terra. Neste momento, o então promotor da Curadoria do Meio Ambiente, o senhor Noel Crisóstomo, estava diante uma querela que envolvia representantes da administração da cidade e representantes da população, e com dois documentos em mãos, produzido pelas partes, para decidir onde “jogar o lixo” da cidade. O que era certo, para a prefeitura, é que a periferia era o espaço mais apropriado para descartar os restos dos quais a cidade queria se ver livre, razão pela qual eram escolhidos os bairros mais distantes, ainda que próximos aos moradores daquela localidade. Desta forma, entendemos que o lixo cria uma cartografia política e social no espaço urbano.

Em meio a esta situação, a Prefeitura ainda teve que enfrentar outra greve promovida pelos funcionários públicos responsáveis pela limpeza urbana naquele ano de 1993. Já no segundo dia de paralisação, 200 toneladas de lixo se avolumaram pelas ruas da cidade, e a Prefeitura teve que contratar 70 trabalhadores prestadores de serviços em caráter de urgência para a limpeza das ruas durante a greve dos trabalhadores.

O fato é que com tantas querelas administrativas e com a demanda de lixo se avolumando, visto que em 1994 Campina Grande chegou a produzir 250 toneladas de lixo por dia, a administração chegou à conclusão de que o serviço de coleta e limpeza urbana deveria ser terceirizado em cinquenta por cento. Alguns anos passaram desde que a Prefeitura Municipal estudou o desgaste do lixão situado no distrito industrial e a necessidade de transferência do lixo para outro local mais apropriado. Inicialmente, como dito, a pretensão da Prefeitura era transferir o aterro para o bairro do Serrotão, no entanto tal transferência não se realizou. Só em 1996, ou seja, três anos depois, um lixão na Alça Sudoeste<sup>13</sup>, no bairro do Mutirão, foi pretendido para ser o novo lugar de despejo do lixo campinense.

Segundo especialistas, embora a transferência ajudasse a resolver um problema de ordem ambiental e sanitária, criaria um grave problema de ordem social, pois dezenas de famílias instaladas no lixão do Distrito Industrial tiravam de lá o seu sustento e fonte de renda ao catar, separar e vender o lixo. A grande pergunta era o que fazer com aquelas pessoas depois da desativação do lixão. Portanto, a Secretaria do Trabalho e Ação Social – SETRAS – prometia iniciar o cadastramento das famílias que, de uma forma ou de outra, sobreviviam do lixão do Distrito Industrial. No novo local, os catadores teriam que obedecer a determinados critérios a serem estabelecidos pela própria Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Urbanos, que se propôs a controlar, entre outras coisas, o trânsito das pessoas oriundas de outras áreas

<sup>12</sup>Trecho da carta reproduzida em matéria do dia 17/08/1993 no Jornal da Paraíba, página 5.

<sup>13</sup>A Alça Sudoeste é também chamada de Rodovia Transamazônica ou ainda Rodovia Governador Antônio Mariz. Corta a parte sudoeste da cidade, ladeando-se aos bairros: Velame, Acácio Figueiredo, Três Irmãs, Malvinas e Serrotão, até a saída para a cidade de São José da Mata.

da cidade a fim de que não se instalassem no novo aterro, não se construíssem novos barracos configurando moradias fixas no local, que a catação fosse feita apenas por adultos a fim de impedir que crianças manuseassem o lixo, e aqueles catadores deveriam portar um crachá de identificação, bem como os prováveis compradores dos materiais deveriam também ser identificados. Nestas regras, o trabalho de catação também seria interrompido e os trabalhadores só poderiam ficar na área das 07:00h às 17:30h<sup>14</sup>.

No entanto, o que denunciavam os jornais<sup>15</sup> da cidade, aquelas regras não foram eficientemente cumpridas, e os catadores cadastrados continuavam trabalhando sem equipamentos de proteção e não tinham sequer água encanada no local para suas necessidades básicas, embora os carros coletores, tratores e esteiras estivessem em plena atividade. Só em janeiro de 1997, o gerente do setor de limpeza da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Geraldo Nobre, informou à imprensa<sup>16</sup> que praticamente todos os itens exigidos pela Sudema haviam sido cumpridos.

Em 2005, o então prefeito Veneziano Vital do Rego reforça a promessa da instalação de uma usina de reciclagem, a Usina Verde, em Campina Grande, como forma de alternativa ao projeto do aterro sanitário e da poluição do subsolo. O fato é que a auditoria da agência nacional do Instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) passou a cobrar a realização daquelas promessas, usadas muitas vezes como artifício político. Ainda em 2005, e com o prazo de até julho de 2006, as gerências regionais iriam notificar as prefeituras das cidades paraibanas de modo a regular a construção de aterros sanitários em substituição aos lixões, como manda a determinação legal. O procurador chefe do Ibama-PB, o senhor Bruno Faro Eloy Dunda, explicou à população<sup>17</sup> que os gestores teriam entre 60 dias e seis meses para elaborar e apresentar um projeto de aterro sanitário, e solicitar da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema) a licença para instalação. Caso esta determinação não fosse atendida, o Ibama-PB multaria e ingressaria com uma ação civil pública contra as prefeituras das cidades paraibanas que não se adequassem. De acordo com o procurador, a maioria das cidades paraibanas possuía “lixões”. Os aterros sanitários só existiam até aquele momento na Paraíba nas cidades de João Pessoa e Alagoa Grande.

Além do clamor da população e dos órgãos públicos competentes, havia a cobrança da Infraero para que a Prefeitura Municipal resolvesse suas questões e retirasse aquele lixão de onde se situava. O lixão do Mutirão estava localizado há cerca de 12 km do aeroporto João Suassuna, em Campina Grande. Diariamente haviam riscos de colisão e quase colisão das aeronaves<sup>18</sup> com os urubus que circulavam no céu em torno do lixão. Entre os anos de 2008 e 2010 a Infraero realizou reuniões com representantes da Prefeitura Municipal de Campina Grande, da Universidade Federal de Campina Grande, da Escola Superior de Aviação Civil, do IBAMA e da imprensa local objetivando traçar planos de ação no sentido de minimizar ou resolver a problemática do perigo aviário decorrente do lixão.

---

<sup>14</sup> O senhor José Luiz Sousa, Secretário de Planejamento do município, divulgou à imprensa<sup>14</sup> um perfil dos catadores, obtido através das visitas e estudos realizados por aquela secretaria no Lixão da cidade. O levantamento feito pelo secretário em exercício apontou dados preocupantes: cerca de 16% dos catadores tinham renda familiar de até R\$50,00 mensal; 58% tinham renda familiar de até R\$100,00 mensal; e mais de 24% possuía renda acima de R\$100,00 mensal. A faixa etária dos catadores de lixo naquele contexto variava entre os 10 e os 70 anos, entre homens e mulheres.

<sup>15</sup>Ver Jornal da Paraíba de 18/12/1996, página 5.

<sup>16</sup>Ver matéria publicada em 07/01/1997, página 5.

<sup>17</sup> Ver matéria publicada em 20/10/2005 no Jornal da Paraíba, página 3.

<sup>18</sup>Em 2008 foram registradas pelo aeroporto duas colisões envolvendo aeronaves e urubus, de 2003 a 2007 foram 18 colisões.

O fato é que embora Campina Grande buscasse remediar os seus problemas quanto ao descarte e tratamento dos resíduos, o problema vem de um âmbito maior: até o ano de 2010 o plano de tratamento de lixo era quase inexistente, apenas seis cidades da Paraíba tinham planos de ação para o tratamento correto do lixo, e Campina Grande não estava entre elas<sup>19</sup>.

Apenas em março de 2011 observamos ações efetivas no sentido de construir o aterro sanitário de Campina Grande. No dia 23 daquele mês<sup>20</sup>, ocorreu uma audiência em que foi discutida a construção de um aterro sanitário particular na cidade. Na ocasião foi decidido que caberia à Superintendência Estadual de Administração do Meio Ambiente (Sudema) se posicionar oficialmente sobre a obra e a emissão da Licença de Instalação, com base nas discussões travadas e nos impactos e benefícios que o projeto traria para o meio ambiente. No projeto, a Central de Tratamento de Resíduos da Borborema (CTRB) seria construída na Zona Rural de Campina Grande, em uma localidade conhecida como Sítio Lucas, que fica a 12 quilômetros do centro da cidade<sup>21</sup>.

Sua capacidade de armazenamento seria de 330 toneladas por dia. De acordo com o engenheiro civil Humberto Carvalho, um dos responsáveis pelo projeto, “a obra foi concebida sob uma visão moderna”, que traria “uma solução definitiva para o problema da gestão do lixo em Campina Grande”<sup>22</sup>. O que ocorreu é que o aterro municipal de Campina Grande foi entregue em 2012, mas não nos locais cogitados até então. O local escolhido foi o Sítio Açudinho, localizado na Zona Rural da cidade de Puxinanã, há 34km de Campina Grande pela PB 115.

Como foi dito anteriormente, até o ano de 2011 especulava-se que o aterro sanitário de Campina Grande seria instalado em área próxima ao antigo lixão, no entanto, em 3 de janeiro de 2012, foi divulgado em jornal local que o aterro municipal já estava em atividade, e que em breve, a população Campinense teria o antigo lixão lacrado e seu terreno passaria por uma descontaminação.

Pois bem, essa notícia parece ter pego os populares de surpresa, tendo em vista que antes de tal nota, não se tinha notícias exatas sobre o local de instalação do aterro nem o prazo para aquele entrar em atividades. Segundo matéria publicada no Jornal da Paraíba, em 03 de janeiro de 2012, o aterro sanitário estava localizado na zona rural da cidade de Puxinanã<sup>23</sup>, mais especificamente no Sítio Açudinho, a cerca de 20km de Campina Grande pela PB 115.

Foi assinado um convênio de cooperação no ano de 2011 pelas prefeituras de Campina Grande e de Puxinanã, nas pessoas dos prefeitos Veneziano Vital e Abelardo Coutinho, respectivamente, juntamente com o Sr. Luiz Tertuliano do Nascimento, que respondia pela Construtora Planície Ltda (interveniente), onde todos estabeleciam seus deveres e direitos para com o aterro e sua implantação e funcionamento<sup>24</sup>. O convênio de cooperação entre as Prefeituras objetivava garantir a melhoria da malha viária entre os dois Municípios e ainda garantir a destinação final provisória do lixo urbano de Campina Grande. Tal convênio era justificado pelas prefeituras de Campina Grande e Puxinanã em virtude da prefeitura de

---

<sup>19</sup>As cidades eram João Pessoa (que segundo IBGE, em 2010, contava com 720.954 habitantes), Ingá (segundo IBGE, 18.180 habitantes), Bayeux (segundo IBGE 99.716 habitantes), Alagoa Grande (segundo IBGE, 19.681), Soledade (segundo IBGE, 13.739 habitantes), Pocinhos (segundo IBGE 17.032) e Juarez Távora (segundo IBGE 17.032 habitantes). Campina Grande contava com 385.213 habitantes, população bem menor que a da capital Paraibana, e ainda distante de ter ao menos um aterro controlado. Ver <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=250400&search=> e ver ainda página 3 do Jornal da Paraíba, do dia 12 de novembro de 2010.

<sup>20</sup>Ver Jornal da Paraíba de 24 de março de 2011, página 5.

<sup>21</sup>Mais especificamente na PB 138 que dá acesso à cidade de Boa Vista.

<sup>22</sup>Ver Jornal da Paraíba de 24 de março de 2011, página 5.

<sup>23</sup>Segundo o IBGE, em 2011 Puxinanã contava com cerca de 12.995 habitantes distribuídos em cerca de 73km<sup>2</sup> de área. Sua população vivia basicamente da agropecuária.

<sup>24</sup>Este documento, bem como todos os outros assinados entres as prefeituras, estarão anexos a este texto.

Campina não dispunha de recursos financeiros suficientes para a construção de um aterro sanitário próprio, apesar do interesse em resolver a problemática do lixo na cidade; em virtude da necessidade imperiosa da destinação imediata dos resíduos para a estrutura de um aterro sanitário mais próximo possível de Campina Grande; e por fim, em virtude de existir um aterro sanitário privado na cidade de Puxinanã, que, segundo o documento, preenchia as normas técnicas e estava ocioso, embora pronto para operar.

De acordo com a apostila *Não ao Lixão Dourado*, elaborada pela Associação de Proteção Ambiental, Associação Clube de Mães Nossa Senhora do Carmo e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Puxinanã<sup>25</sup>, as negociações começaram em 2009. A fazenda que continha as terras do Sítio Açudinho, era de propriedade do sr. Abelardo Antônio Coutinho, prefeito daquela cidade, e foi vendida por ele para seu filho em meados dezembro de 2009. Ainda no dezembro de 2009, o prefeito, ex proprietário das terras, emitiu certidão de ocupação e uso do solo e requereu licença ambiental para instalação de um aterro sanitário.

Com as estradas de acesso à cidade de Puxinanã recuperadas, o lixão de Campina Grande foi lacrado em 6 de janeiro de 2012. Houve uma cerimônia oficial para o lacre com a pompa e circunstância que os políticos geralmente utilizam para propagandear suas ações governamentais. O então prefeito, Veneziano Vital do Rêgo, proferiu em seu discurso que aquele era um “momento histórico para os campinenses, tanto do ponto de vista ambiental quanto social”, tendo em vista que, segundo ele,

“Campina não suportava mais viver com uma situação precária, como a realidade de um lixão que trazia uma série de incontáveis transtornos. Estamos solucionando um problema de 20 anos, além de garantir condições mais dignas a estas pessoas que trabalhavam aqui em situação degradante”<sup>26</sup>.

Além disso, o prefeito assegurou que o consórcio realizado com a cidade de Puxinanã barateou os investimentos feitos pela gestão municipal para solucionar os problemas do recolhimento dos resíduos sólidos. Veneziano Vital lembrava que o Plano Nacional dos Resíduos Sólidos determinava que até 2013, todos os municípios brasileiros deveriam encerrar o funcionamento dos seus lixões, daquela forma. Segundo o prefeito, Campina Grande estaria “saíndo na frente, a desativação do lixão representa o fim das precariedades e das inconveniências com a Infraero e o meio ambiente”.

No entanto, a maioria envolvida não estava de acordo com essa assertiva do prefeito Veneziano Vital. No dia da cerimônia oficial de lacre do lixão, manifestantes se fizeram presentes. Os catadores de material reciclável que atuavam no lixão estavam insatisfeitos com a desativação daquele espaço, pois temiam perder sua renda familiar. Em entrevista ao Jornal da Paraíba, o catador Williams Cândido, de 25 anos, que trabalhava no lixão, questionava: “A prefeitura anunciou que vai nos ajudar por 90 dias, mas, e depois? Como vou pagar meu aluguel? Como vou sustentar meus 3 filhos?”<sup>27</sup>. Williams e outros catadores, tinham uma renda de cerca de R\$300,00 por semana catando material reciclável no lixão. Com a desativação do lixão, e a distância que separava sua moradia da cidade onde estava instalado o aterro, Williams não teria garantias de que poderia trabalhar normalmente como antes e manter sua renda mensal.

O problema da instalação do aterro em Puxinanã não estava só nas mãos dos catadores campinenses, estava também nas mãos dos moradores daquela cidade. Naquele mesmo dia, os

<sup>25</sup>Ver anexo deste trabalho.

<sup>26</sup>Ver matéria publicada em 6 de janeiro de 2012, página 5, do Jornal da Paraíba.

<sup>27</sup>Veiculado em matéria do Jornal da Paraíba, em 6 de janeiro, página 5.

moradores de Puxinanã, revoltados com a situação, fecharam a estrada que dá acesso à cidade no trecho do Sítio Pai Domingos, distrito de Jenipapo, que dá acesso ao Sítio Açudinho, zona rural de Puxinanã, onde estava localizado o aterro. Houve tumulto e cerca de 8 caminhões que carregavam o lixo de Campina Grande foram barrados na estrada pelos manifestantes. Ao mesmo tempo, ônibus lotados de catadores campinenses se dirigiam ao local para apoiar os manifestantes na estrada. A imprensa local noticiou outro protesto em frente ao aterro, onde os manifestantes colocaram pedras para impedir a entrada e saída de veículos coletores.

As razões pelas quais os moradores de Puxinanã eram contra o aterro eram muito claras e graves: o aterro ficava situado a 800 metros do Açude Evaldo Gonçalves, conhecido como Açude de Milhã, que abastecia a população urbana naquela cidade. O engenheiro eletricitista Antônio Agripino, que morava na região, disse a imprensa: *“Esperamos 10 anos pela implantação deste açude, o aterro tem um canal que dá acesso direto a um pequeno rio que será contaminado pelo chorume e vai infectar nossa água, inclusive o aterro está funcionando por força de uma liminar”*<sup>28</sup>. O comerciante SilvanEloi, também residente nas proximidades do aterro, denunciava a imprensa local na mesma matéria que *“este aterro vai infectar a água que abastece nossa cidade”*. Segundo aqueles moradores, a população não era contra a instalação do aterro, mas na forma e local em que a instalação aconteceu.

No entanto, um relatório técnico de inspeção no aterro sanitário de Puxinanã, realizado pela Superintendência de Administração do Meio Ambiente do Estado da Paraíba em abril de 2012, avaliou as condições de tratamento do chorume e concluiu que havia irregularidades no procedimento, e que o chorume estava infiltrando o solo e contaminando a terra, bem como oferecendo risco de contaminação aos lençóis freáticos. A equipe técnica da SUDEMA observou que o cano coletor de chorume estava constantemente cheio, e devido a problemas de encanação o chorume não estava entrando na estação de tratamento de esgoto. O administrador do local não fazia ideia de por que tal irregularidade estaria acontecendo, nem para onde estaria indo o chorume produzido, nem quanto tempo este fato estava ocorrendo e muito menos qual a vazão diária de chorume produzida pelo aterro.

O fato é que até o ano de 2013, corriam no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba procedimentos que autorizavam e desautorizavam o funcionamento do aterro sanitário de Puxinanã pelas autoridades competentes. De um lado a Sudema apontava as falhas de funcionamento e manutenção do aterro, de outro, a prefeitura de Puxinanã com apoio jurídico da prefeitura de Campina Grande, obtinham mandado de segurança para a manutenção do aterro. Entendemos que o que deveria ser uma solução, ou, pelo menos, a minimização dos problemas ambientais enfrentados pela sociedade em função do lixo, não passava de mais um artifício político usado nos discursos das prefeituras. Os “vivos do lixo”, trabalhadores ou consumidores, e os cidadãos das cidades envolvidas, continuavam a sofrer com um precário serviço de coleta e destinação do lixo.

## **Resultado e discussão: Das resistências**

Mesmo com o fechamento do lixão, ainda existiram os que resistiram à reterritorialização do lixo e às mudanças no modo de viver e trabalhar que eram proporcionados por aquele lugar. Cerca de 15 famílias continuavam catando os restos do lixão<sup>29</sup>.

Para além do aterro, nas ruas da cidade, os moradores e trabalhadores passavam outros problemas. No dia 08 de novembro de 2012, dois caminhões da empresa que prestava o

<sup>28</sup>Veiculado em matéria do Jornal da Paraíba, em 6 de janeiro de 2012, página 5.

<sup>29</sup>Veiculado em matéria do Jornal da Paraíba, em 24 de fevereiro de 2012, página 3.

serviço de coleta do lixo à Prefeitura encontravam-se quebrados, e desde o último dia 2 daquele mês a coleta na cidade estava, no melhor dos casos, irregular. Parte da cidade estava totalmente sem coleta de lixo. Somado à falta de coleta do lixo em função da falta de estrutura de equipamentos, a Prefeitura Municipal de Campina Grande atrasou o pagamento de R\$ 648,00 dos salários dos 80 garis prestadores de serviço de coleta de lixo por três meses. Além disso, também cortou o café da manhã fornecido aos trabalhadores diariamente. O delegado de base dos garis, Flaviano Pereira, disse ao Jornal da Paraíba<sup>30</sup> que sem o café da manhã ficava difícil trabalhar: *“nós acordamos muito cedo e nosso trabalho é muito pesado, precisamos de um reforço alimentar. Mas há mais de uma semana o café foi suspenso”*. O secretário de Serviços Urbanos, Fábio Almeida, justificou que precisou suspender o serviço para renovar o contrato com a empresa. O caos se instalava em todas as direções, para trabalhadores e consumidores.

O senso comum responsabilizava a gestão do então prefeito, Veneziano Vital do Rego, pelo caos instalado com relação à falta de limpeza urbana e a falta de asseio da cidade. No julgamento de muitos, em função do fim de seu segundo mandato e da não eleição do candidato a prefeito que aquele apoiava, o prefeito Veneziano não se empenhou em pagar aos servidores que prestavam serviço à Prefeitura, bem como cobrar às empresas terceirizadas para que seu trabalho fosse realizado. O problema, em forma de lixo, se avolumava pelas ruas e terrenos baldios, pelos becos, nas frentes dos comércios, dos restaurantes e hospitais. Não era mais necessário olhar para os cantos para ver a sujeira. Ela estava por toda parte da cidade, incomodando igualmente ricos e pobres.

Quando pensamos acerca das relações entre os moradores da cidade de Puxinanã, que não aceitaram a instalação do aterro sanitário, e as prefeituras daquela cidade e a cidade de Puxinanã, consideramos que não há casualidade na forma como as duas cidades se estruturam para destinar seus restos, e que, o que pode parecer uma grande confusão, pode ser de fato uma forma de organização pautada em lógica própria em que está implícita a idéia cruel de que existem espaços na cidade em que o lixo pode ser despejado, ainda que a população que viva ali seja prejudicada. Rosana Miziara<sup>31</sup> nos diz que pensar a complexidade dos processos sociais que envolvem a questão do lixo exige uma reflexão

Sobre a realidade técnica e científica das ações políticas e econômicas que o transformam, progressivamente, numa mercadoria rentável, num objeto de disputas de setores públicos e privados, num tema estratégico para as campanhas para a ordem social, veiculadas pelos meios de comunicação de massa, e ainda num assunto de grande importância para as instituições ligadas ao planejamento urbano. Por isso, fazer a história do lixo é também repensar os limites da cidade e mergulhar num campo de disputas locais.

### **Considerações finais: a história re-ciclada**

Os problemas com a limpeza pública de Campina Grande foram tamanhos que, nos primeiros dias de 2013, quando da assunção do sr. Romero Rodrigues à prefeitura da cidade, aquele prefeito recém empossado, decretou estado de calamidade pública no sistema de limpeza urbana. Diante do acúmulo de lixo, a primeira medida do prefeito foi reunir 300

<sup>30</sup>Publicado em 8 de novembro de 2012, página 4.

<sup>31</sup>LOPES, Rosana Miziara. *Nos rastros dos restos: As trajetórias do lixo na cidade de São Paulo*. Mestrado em História Social, PUC: São Paulo, 1998. P. 19.

trabalhadores, alguns contratados em caráter de emergência, e 60 veículos para que dessem início imediatamente a limpeza e recuperação de toda malha viária e dos 968 terrenos baldios da cidade, transformados em mini lixões. Segundo o prefeito Rodrigues, o investimento da prefeitura, naquele momento, era de R\$ 2 milhões, e esperava que no prazo de 60 dias, o trabalho estivesse concluído. Enquanto isso, os agentes de limpeza urbana reivindicavam o pagamento dos seus salários atrasados, dos vales transportes e a doação dos equipamentos de proteção individual necessários ao serviço.

Naquele mesmo janeiro de 2013, a nova gestão da prefeitura de Puxinanã revogou a certidão de uso e ocupação do solo para a finalidade de depósito do lixo. A revogação foi publicada no Diário oficial do Estado no dia 03 de janeiro de 2013, assinada pela então prefeita Lúcia de Fátima Miranda, considerando a inadequação geográfica do aterro e a prática de crime ecológico, conforme a lei orgânica municipal.

Sobre o problema do aterro sanitário em Puxinanã, o prefeito, em entrevista à imprensa<sup>32</sup>, disse que ainda não tinha uma solução para o problema do aterro sanitário, e que até que um outro pudesse ser construído, o lixo de Campina Grande continuaria a ser encaminhado para Puxinanã.

Impedidos de tirar sustento do aterro sanitário em Puxinanã, e sem encontrar outra alternativa de trabalho e emprego, algumas famílias que sobreviviam do antigo lixão de Campina Grande, migraram para o lixão da cidade de Queimadas<sup>33</sup>, para, mais uma vez, viver da forma como podiam.

A prefeitura de Campina Grande só providenciou um novo aterro dois anos depois. A mudança ocorreu em 07 de julho de 2015, um dia depois da prefeitura de Puxinanã interditar o aterro onde era despejado o lixo. O novo aterro ficava na zona rural de Campina Grande, próximo ao Distrito de Catolé de Boa Vista, a 27 km de Campina Grande pela PB 138. Segundo o secretário de Serviços Urbanos e meio Ambiente<sup>34</sup>, Geraldo Nobre, o local estava finalmente de acordo com as leis ambientais.

Além de Campina Grande, os municípios de Boa Vista, Lagoa Seca e mesmo Puxinanã seriam beneficiados com o serviço. O aterro, agora com uma área de 90 hectares, obteve licença para funcionamento até abril de 2017. Os gastos da prefeitura de Campina Grande para depositar os resíduos sólidos neste aterro, superavam R\$ 14,2 mil diariamente. Cada tonelada de lixo custava R\$ 35,67, segundo a Secretaria de serviços Urbanos e meio Ambiente. Cerca de 400 toneladas de lixo eram recolhidas por dia e levadas ao aterro. Esta, no entanto, é uma outra história ainda por contar.

Acreditamos que ao desenvolver este trabalho, pudemos construir formas de entendimento histórico para se pensar as questões relativas ao sujo e ao limpo, nas sensibilidades urbanas, especialmente em Campina Grande. Comungamos com Deleuze<sup>35</sup> quando disse que a preocupação maior não foi “estudara origem ou a causa”, tampouco as consequências, mas, sobretudo, “o que se passa entre” aqueles marcadores. Só assim a análise histórica pode primar pelas relações, os percursos que levaram às práticas, nos levando a construir outras formas de compreensão.

## Referências

<sup>32</sup>Matéria publicada em 3 de janeiro de 2013 no Jornal da Paraíba, página 6.

<sup>33</sup>Município localizado na região metropolitana de Campina Grande, a 133km da capital João Pessoa.

<sup>34</sup>Ver, <http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20150707114649&cat=paraiba&keys=lixo-campina-grande-comeca-levado-novo-aterro-sanitario> acessado em 11/01/2017.

<sup>35</sup> DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

CHAUÍ, Marilena. “Apresentação”. In: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos*, 2ª Ed. São Paulo, 1987.

DELEUZ, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

LOPES, Rosana Miziara. *Nos rastros dos restos: As trajetórias do lixo na cidade de São Paulo*. Mestrado em História Social, PUC: São Paulo, 1998.

NORA, Pierre (org.) *Leslieux de La mémoire*. Paris. Gallimard. 1984.

RICOEUR, Paul. *Histoire ET vérité*. Paris, Seuil, 1955.

SILVA, Hilmária Xavier. *Memórias do chorume : as sensibilidades urbanas e o lixão de Campina Grande (1992-2012)*. Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2018.